



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 42

Sessão Ordinária de Abril

1.ª Reunião de 30-04-2003

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e três, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pela Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Jaime Simões Borges, António Fernando Ribeiro Martins, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:
Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Ângelo Pereira Pires (saiu da sala às 23:00 horas), Joaquim Manuel Silva Marques, Marília Fernanda Correia Martins e Domingos José Barreto Cerqueira.

Os Vereadores Manuel Fernando Ferreira Rodrigues e Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno chegaram às 21:40 horas.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, das substituições nesta reunião, do Vogal Raúl Ventura Martins por Paulo Jorge Teixeira de Jesus. O Vogal Pedro Machado Pires da Rosa foi substituído por António Fernando Ribeiro Martins, em virtude do cidadão subsequente na lista não poder estar presente.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, nesta reunião, os Presidentes de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves e António Luís Gomes Carvalho, fizeram-se substituir por Fernando Manuel Teixeira Alves e Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Câmara Municipal – Relatório de Actividades e Conta de Gerência do ano 2002;

Ponto 3. – Serviços Municipalizados – Relatório de Gestão e Contas do ano de 2002;

Ponto 4. – Alienação de terreno na zona industrial de Taboeira;

Ponto 5. – Alteração ao regulamento do Conselho Local de Educação do Município de Aveiro.

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 38 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e sete votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 39 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 40 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 41 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e sete votos a favor e uma abstenção.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

Continuando e nos termos do artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ninguém do público pretendeu usar da palavra.

Não havendo intervenções do público, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“O motivo da minha intervenção, no período de antes da ordem do dia prende-se com três assuntos que eu gostaria que o Senhor Presidente da Câmara e em particular alguns Senhores Vereadores me respondessem. O primeiro assunto tem a ver com a Rua de Viseu. E antes de começar este tema, tenho a dizer que eu sou morador nesta rua, mas o problema já não se prende só comigo, já começa a ser um problema que afecta imensas pessoas e imensas pessoas começam a levantar questões sobre ao que eu chamei como título desta apresentação: “o pesadelo na Rua de Viseu”, parafraseando o pesadelo de “Elm Street”. E como subtítulo diria que será: “como planejar não planeando”. E a questão que se passa (a Rua de Viseu, se não sabem onde fica eu vou-vos tentar dizer, ladeia o viaduto de Esgueira, na saída que vai para Esgueira, é rua de um lado e rua do outro. Logo a seguir quem vem do 2002, passa a pequena rotunda, entra no viaduto; a Rua de Viseu, são aquelas que ladeiam o viaduto). Factos anteriores: a Rua de Viseu foi parqueada; os lugares de estacionamento foram dispostos em espinha; foi parcialmente arranjado um parque de estacionamento interno que existe na parte interior dos edifícios que existem lá, o que levou a um reduzido e significativo número de lugares.

A situação actual: foi permitido o estabelecimento de duas empresas de Rent-a-Car na rua, a vinte metros de distância uma da outra - e normalmente naquela rua estão estacionados (e eu contei-os), carros descaracterizados, não contando com os carros caracterizados das empresas Rent-a-Car, no mínimo trinta carros. Este assunto já foi exposto à Assembleia Municipal uma vez por mim, já houve várias conversas informais com o Senhor Vereador do Trânsito. O que têm vindo a acontecer é que a maioria dos moradores, por não disporem de garagem, chegam a deixar os carros na Rua Hintze Ribeiro, que era aquela rua onde estava antes o Marabuto. Os passeios são permanentemente ocupados por viaturas, com as consequências de segurança que daí advém. A rua por não ter saída obriga à inversão de marcha, o que é extremamente dificultado pela disposição e sublocação do espaço. Os acessos às garagens particulares pela estreiteza da rua e pela ocupação do espaço de manobra para a entrada das mesmas não funcionam. A PSP é por diversas vezes chamada ao local, para solucionar situações de acesso às garagens e mau estacionamento. Os moradores da rua, por não terem um local para estacionamento, têm vindo a ser multados com frequência. O parque interno por estar inacabado, não está terminado o parque interno, é um pântano de lama e de buracos. Como podem ver, pelas fotografias que pedi para serem distribuídas: uma diz respeito à rua João de Moura. A situação normal, ou seja o que normalmente ocorre nesta rua, é o que pode ser verificado pelas fotografias. Eu julgo que os moradores não podem estar a ser penalizados pelos erros e permissões dadas por outros. E aos moradores reserva-se o direito de caso nada ser feito e desta vez, se tomarem iniciativas conducentes à resolução do problema, através de iniciativas que poderão passar pela mediatização deste problema mesmo e através da apresentação de documentos de protesto.

O que eu acho é o seguinte (eu apresento algumas sugestões para esta situação) - não sei se é possível se não: acho que a Câmara devia estabelecer contactos com a empresa, porque não são só estas duas empresas que estão lá, há outra empresa de Rent-a-Car

mesmo junto à estação, que também funciona aí assim. Mais uma a funcionar! Temos as pessoas que vão para a estação a estacionarem aí os carros todos; depois temos ainda dois Stands de motas que agora fazem estacionamento até de pneus usados na parte de trás dos prédios.

Outra sugestão que eu apresentava era a colocação de parquímetros, com disponibilização de cartão de estacionamento para os moradores. Já apresentei esta solução várias vezes e posteriormente a acção da PSP (com o devido respeito por quem não gosta), mas uma acção reforçada da PSP no local e a conclusão finalmente do parque interno de uma vez por todas, para ver se conseguimos ter alguma paz ali. De facto eu espero que relativamente a essa questão, a rua é uma rua até extremamente calma, tem mas é muito movimento de carros. Este era o primeiro assunto.

Segundo assunto, tem a ver com uma resposta que eu gostaria de ter do Senhor Presidente da Câmara relativamente a uma notícia que apareceu no jornal, que tem a ver com a lixeira a céu aberto em Eixo. Eu gostaria de saber como é que está a situação e como é que isto é possível?

Terceiro assunto. Eu tenho pena que o Senhor vereador da Cultura ainda não esteja presente, mas gostaria de ler o seguinte: - (A informação que eu tenho foi apanhada na Net, foi de quinta-feira, dia 24 de Abril de 2003) «já fomos vezes demais aldrabados! A companhia de Teatro “O Ponto” teceu ontem fortes críticas à Câmara Municipal de Aveiro pelo atraso registado no pagamento do curso de iniciação teatral que está a ser levado a cabo pela Junta de Freguesia de São Bernardo desde Janeiro passado». Isto veio no Diário de Aveiro e obviamente o Diário de Aveiro contactou o Senhor Vereador da Cultura, perguntando-lhe o que é que ele achava sobre isto? E esta primeira parte, eu concordo perfeitamente que ele tenha justificado isto desta forma. «Contactado pelo Diário de Aveiro, o Vereador...e cito o Vereador da Cultura «Manuel Ferreira Rodrigues considera que a atitude da Companhia de Teatro é rígida, face às dificuldades sentidas no momento». Até aqui tudo bem, é uma posição completamente clara da Câmara Municipal de Aveiro. Mais contínua e isto é que eu não percebo: «a Companhia “O Ponto”, tem estado a proceder de uma forma que a poderá comprometer futuramente nas relações com a Câmara». Eu não entendo este tom de ameaça. Não entendo! Custa-me muito a entender. Acho que o Senhor Presidente da Câmara tem de puxar as orelhas ao Senhor Vereador da Cultura porque tem de dizer alguma coisa relativamente a isto. E tem de dizer principalmente o seguinte: tem de dizer se concorda com esta afirmação. E se não concorda, tem de desautorizar o Senhor Vereador da Cultura relativamente a isto. Porque é inadmissível que tenha sido dito isto... porque por amor de Deus: ou estamos numa democracia ou não estamos!»

(Entrou na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu).

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Entrou em vigor no passado dia 1 de Março o novo método de cobrança das tarifas de resíduos sólidos no concelho de Aveiro. Não posso deixar de criticar esta medida aprovada na Câmara pelos Vereadores do PS e do PSD, mesmo que ela seja da competência estrita da Câmara Municipal. O consumidor doméstico, o Aveirense, que até agora pagava 1.50 euros de tarifa, passa a pagar segundo a fórmula, 1.00 euro fixo mais 30 cêntimos por cada metro cúbico de água consumida. Ou seja, para um consumo de 10 metros cúbicos (o que não é demais), a tarifa passa de 1.00 euro para 4.00 euros por mês. Um aumento de 300%.!?”

Pegando por exemplo naquela factura que aqui trouxe daquela senhora que pagava o saneamento sem ter o saneamento à porta, essa senhora que pagava 2.00 euros de tarifa de resíduos sólidos, passa a pagar 13 euros e 10 cêntimos — para a mesma factura! Ou seja, passa de 400\$00 para 2.600\$00. Ora a factura que é de dois meses, penso que a generalidade das pessoas sabe, eu referi isso, não estou a fazer malabarismo, portanto a factura concreta passa de 2.00 euros para 13 euros e 10 cêntimos. O aumento mensal é da ordem dos 300%. Pode ser mais, pode ser menos; é um aumento que se junta a outros que têm agravado o dia-a-dia dos aveirenses nos últimos tempos.

Isto não é absurdo falar em 300%. As receitas de 2001 da tarifa de resíduos sólidos foram 230.000 euros; a tarifa entrou em vigor — não foi no princípio do ano em 2001, foi já com o ano a decorrer. Em 2002 essas receitas pelo critério antigo que esteve em vigor até Fevereiro foram, reais, de 715.000 euros e o orçamento para 2003 prevê lá 2.500.000 euros!?! Acho que a ser aplicado este critério, que estes 2.500.000 euros são verdadeiramente possíveis, aliás já no ano passado a cobrança foi superior ao orçamentado o que não acontece em quase nenhuma outra receita municipal, mas nesta foi assim mesmo.

O aumento só por si é condenável. Mas é particularmente condenável a fórmula encontrada para a cobrança desta tarifa; tarifa que pressupõe uma correspondência entre o serviço prestado e o valor cobrado. Ora, quando se estabelece que a tarifa do lixo é cobrada a partir do consumo da água é evidente que não existe qualquer relação entre uma coisa e outra. O que temos aqui não é uma tarifa. O que temos aqui é um imposto encapotado — está-se a cobrar sobre a água, sobre o consumo da água, um imposto para pagar os resíduos sólidos.

Ora, a Câmara não tem competência para lançar impostos, nem para criar impostos. Penso que há aqui matéria passível de constatação e de luta jurídica. Penso que é caminho a explorar e eu vou convidar daqui a momentos alguns membros da Assembleia Municipal para se juntarem a esta luta política e jurídica.

Esta deliberação é também uma ofensa da Câmara à Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal rejeitou, expressamente, em 1999, a indexação dos resíduos sólidos à tarifa da água quando aprovou o regulamento dos resíduos sólidos urbanos do concelho de Aveiro. E o sentido foi mais longe, foi no sentido da recusa da própria tarifa. Um ano depois, a 23 de Maio de 2000, a Câmara trouxe à Assembleia uma proposta de alteração a tal regulamento no qual se previa uma tarifa proporcional, mas sem dizer proporcional a quê! E mais uma vez, nessa sessão em Maio de 2000, ficou claro o sentido da vontade política da maioria da Assembleia Municipal da recusa da tarifa de resíduos sólidos proporcional à tarifa; proporcional ao consumo da água. Eu digo que houve uma vontade política que não foi expressa em voto mas que ficou claramente manifestada nessa Assembleia.

Não houve voto por razões formais. Todas as bancadas, inclusive da bancada do Partido Socialista, aqui levantaram as vozes contra esta indexação. Disse o Deputado Custódio Ramos: «quanto é que vamos pagar? É uma tarifa fixa ou uma tarifa proporcional? proporcional a quê? Ao meu dinheiro, à minha carteira, à cultura da pessoa! Se é à água pergunto: então os resíduos sólidos que produzo é em função de tomar banhos? Será que é constitucional esta proporcionalidade?» - perguntou Custódio Ramos. «Aceito o princípio da comparticipação nos custos, mas não a comparticipação proporcional.» Disse ainda que «não estava disposto de forma nenhuma a pagar de forma proporcional. Não têm lógica e quem inventou isso... não tem nada a ver com o princípio do polidor pagador».

Disse o Deputado João Barbosa que «defendendo os interesses de toda a Freguesia e de si próprios, que não podia aceitar a indexação».

Disse o Deputado Raúl Martins e demonstrou razões de porque é que era injusta. Houve uma vontade política evidente da maioria da Assembleia de recusa dessa tarifa e quando digo que houve falta de respeito pela Assembleia, digo algo mais: que me desculpe o Senhor Presidente da Câmara, mas acho que para além de falta de respeito pela Assembleia, houve falta de respeito por si próprio. Porque o Senhor Presidente afirmou nessa reunião que «uma coisa que nós não faremos, porque temos respeito por esta Assembleia, é aplicarmos o mesmo esquema que esta Assembleia já chumbou, isso nós não faremos. Nós não iremos fazer a proporcionalidade em função ao consumo da água, base fixa nos produtores domésticos — fora dos produtores não domésticos essa diferenciação pode fazer-se sentir». Portanto, o Senhor Presidente afirmou uma vontade política perante esta Assembleia que não respeitou.

Portanto, houve falta de respeito pela Assembleia; houve falta de respeito por si próprio; e há acima de tudo falta de respeito pelos Aveirenses.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

A

(Entrou na sala o Vogal Rui Manuel Pereira da Silva).

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Dores Topete (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

B

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

C

“Vou então tentar prestar os esclarecimentos que me foram solicitados.

Em primeiro lugar sobre a questão colocada pelo Senhor Deputado Carlos Valente, nós vamos seguir mais de perto a situação, de facto há uma..., o caso que referiu é preocupante; estas empresas de Rent-a-Car só deverão ser licenciadas depois de sabermos que número de veículos é que têm e vendo se há condições de estacionamento adequadas. Suponho que esse tipo de preocupações não terá estado subjacente ao licenciamento e portanto, a situação que está criada não é fácil. A solução que apontou é uma das hipóteses – «colocar parquímetros», sem dúvida, e tentarmos encontrar locais apropriados, que não necessariamente no local onde as empresas têm a sua sede e onde têm os seus escritórios, mas noutra local. Mas vamos estudar isso e agradeço-lhe a lembrança.

Quanto à lixeira a céu aberto em Eixo, logo que foram conhecidas as notícias a nossa Policia Municipal deslocou-se ao local e portanto, estamos à espera de saber exactamente o que se passa. Obviamente não é uma lixeira camarária.

Quanto à questão do “PONTO”, eu não sei exactamente quais foram as palavras do Senhor Vereador, mas certamente que não está em causa nenhum tipo de represália, é evidente que não é essa a nossa postura. O que eu acho também é o seguinte: é que uma entidade, uma pessoa que convoca uma conferência de imprensa com jornais nacionais, regionais, locais, etc. para reclamar uma dívida de duzentos e cinquenta contos, que tem julgo que umas semanas, não é propriamente uma forma razoável, equilibrada e normal de lembrar à Câmara que há essa quantia em falta. É um acto de hostilidade gratuita e

de ofensa mesmo à Câmara, absolutamente injustificado, perante os antecedentes do grupo em questão e a relação de colaboração e de trabalho que tem existido com a Câmara. Portanto, eu julgo que o que é condenável nessa atitude – irrisível até, é a conferência de imprensa em si. Como se imagina, não é pelos cento e cinquenta contos faltarem na Câmara que a quantia não está paga, haverá certamente outras razões e não tanto a interpretação que possa deduzir das palavras do senhor Vereador que seguramente não existe, nunca existiu, não há nenhuma perseguição desse tipo. O que nós registamos é a qualidade do trabalho e o interesse que o trabalho tem para os aveirenses e não mais do que isso.

Quanto à tarifa dos resíduos sólidos, de facto o Deputado Salavessa carregou um bocado - penso que excessivamente, nas palavras. Não houve evidentemente nenhuma intenção de ofender esta Assembleia, até porque esta Assembleia já não é a mesma; não houve deliberação, se bem recordou. Houve aqui um debate político profundo sobre essa questão, recordo-me e não contesto isso. A posição da Assembleia era adversa à proposta da Câmara, mas mudaram duas coisas: mudou a Câmara e mudou a Assembleia; e passaram três anos. E peço desculpa de facto, se optámos, passado esse tempo, por um modelo de tarifa que andaré próximo do que foi apresentado nessa altura, julgo que é diferente. Não se tratou porém de nenhum acto de hostilidade política. A Assembleia de então reconheceu na altura que a competência seria nossa e deixou-nos a responsabilidade de fixarmos as tarifas e nós assumimos essa responsabilidade, libertos portanto daquilo que era opinião da Assembleia sem que isso implicasse qualquer acto de desconsideração política para com a Assembleia. Em todo o caso o problema de fundo é o seguinte: é que nós temos - julgo eu, todos um grande orgulho em ser uma das cidades mais limpas do país; ainda recentemente ganhámos um prémio (está aqui o Senhor Vereador Eduardo Feio, a quem muito se deve esse prémio), de sermos considerados a cidade mais limpa do país na nossa categoria de população e portanto não se trata de estarmos..., penso que reconhecidamente temos uma cidade que é invejada por toda a gente que nos visita.

Mas esse bem social, essa qualidade de vida que queremos continuar a poder prestar aos aveirenses é justamente servir os aveirenses e não servirmo-nos deles – é para servir os aveirenses que temos que aplicar tarifas, que permitam que o sistema seja sustentável financeiramente, até porque não se conhecem formas de medir o volume de lixo que é feito por cada um de nós em nossas casas! Eu não sei se estão a imaginar algum sistema que tornasse isso possível. Não são conhecidos e praticados em Portugal! Este sistema de indexação à água consumida presume, que onde se consome, nas casas onde se consome mais água há mais gente e portanto, se há mais gente há maior produção de lixo e esta é uma indexação que está razoavelmente comprovada e que permite com algum grau evidentemente de falibilidade e com necessidade de algumas adaptações que foram feitas e às quais o município continua receptivo para introduzir sempre que forem detectadas situações anómalas, permite introduzir algum grau de justiça e de razoável aproximação em relação à quantidade de lixo produzido e à tarifa que é devida. A indexação à água é um método praticado por muitos municípios neste país e até agora é o mais justo que se conhece porque fixar uma tarifa única como se imagina – esse sim, sem estar indexado a nenhum factor que o associe ao número de pessoas que produz lixo, é isso sim um método que é injusto em variadíssimas situações. E portanto este foi o sistema que se encontrou...”

Membros da Assembleia:

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Podia ter utilizado o sistema suíço. O sistema suíço é um selo por cada saco de lixo.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Pois. Não estamos na Suíça, não conheço o sistema suíço. Em Portugal esse sistema não é praticado e não há condições de o praticar ainda, e vamos estudá-lo - se é eficaz. Estaremos sempre predispostos a melhorar a qualidade do serviço.

E portanto, sobre a tarifa dos resíduos sólidos eu gostava de dizer que nós temos de ter uma atitude que é de seriedade que é de fazer com que o custo do serviço seja pago por uma tarifa que o suporte financeiramente, e pensamos que as tarifas que estão em vigor não são muito violentas. De facto, se, no exemplo que referiu há pouco – Senhor Salavessa, estávamos a falar de dois meses e se nós considerarmos que em média temos que pagar dois Expressos ou três cafés por mês — penso que são exemplos que servem bem para ilustrar e é um exemplo de que estamos a pedir um esforço a cada um de nós que não é excessivo, para que todos possamos ter uma cidade limpa de que nos orgulhamos.

Em relação à redução da SISA: Eu gostava de dizer o seguinte: toda a gente está de acordo suponho eu, ainda não ouvi ninguém no país nas últimas semanas sobre este debate contestar a baixa da taxa de SISA em si e a dizer que reconhecidamente era necessário introduzir uma reforma na tributação do património e que é necessário introduzir uma reforma profunda na forma de financiamento das autarquias. Toda a gente está de acordo com isto. Agora, o que ninguém esperava é que a meio do exercício financeiro se baixa-se a taxa da SISA, que é uma das receitas das autarquias e se alterasse portanto, pontualmente, uma das formas de tributar o património, se alterasse desgarradamente o sistema de financiamento das autarquias e concomitantemente não se introduzisse um mecanismo que fizesse a compensação pela receita que se vai perder. Por um lado o Governo, reconhecidamente perante o Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios uma vez mais aqui hoje invocado, não mostrou e não fez nenhum estudo, não há nenhum estudo que demonstre que a baixa da taxa da SISA vai provocar um aumento do mercado de imobiliário. Porque também todos sabemos empiricamente que o mercado está parado não é por causa dos 10% da SISA, é porque de facto não há dinheiro para que o mercado imobiliário esteja animado. E portanto, não há estudo nenhum! Há uma convicção de que isso vai permitir aumentar o volume de negócios no mercado imobiliário, mas perante este palpito e eu julgo que não se deve governar com palpites, mas foi o que se fez neste caso – governou-se com base num palpito e com uma certeza: é que a concretização desse palpito provoca uma quebra imediata de receitas nas autarquias este ano. Isto não é nenhum palpito. E eu vou-lhes dizer quais são os números da Câmara Municipal de Aveiro: na Câmara Municipal de Aveiro, a redução da taxa de SISA para 6% neste ano financeiro são no mínimo 500 mil contos de receita a menos. E eu digo isto com algum optimismo, partindo do princípio que o mercado das transacções imobiliárias se ia manter ao mesmo nível do ano passado — como imaginam é muito optimismo.

Bom, mas dito isto, eu acho que a reforma é necessária. As compensações começam a ser faladas e já ouvimos todos nas notícias que o Governo reconheceu que têm que ser introduzidas compensações. Agora não tenhamos ilusões de novo, as compensações que estão a ser referidas só irão chegar aos municípios – se eu bem analiso a situação, não este ano, não em 2004, apenas em 2005. Porque evidentemente o Orçamento de Estado tem que estar aprovado em Outubro ou Novembro; nessa altura as autarquias ainda não fecharam as contas deste ano não vão poder dizer ao Governo qual foi a quebra de

receitas e, portanto, o Governo não vai inscrever no Orçamento de Estado verba para em 2004 compensar as autarquias; No máximo teremos em 2005. Portanto nós vamos ter dois anos de perda de receitas (Deus queira que não). Deus queira que o mercado anime porque de facto a situação está gravíssima e Deus queira também que a Contribuição Autárquica cuja reforma também foi anunciada e que a avaliação das matrizes não seja feita também como foi anunciada; seja feita de uma forma mais pensada, que não faça de repente baixar a taxa para depois estarmos dois, três, quatro anos a reavaliar todos os imóveis que têm que ser reavaliados. Isso seria outra catástrofe em termos de receitas dos municípios. E portanto, eu espero que esta medida que foi precipitada, não fundamentada e fortemente penalizadora de receitas das autarquias de todo o país, possa servir para que de uma forma mais reflectida e bem fundamentada toda a reforma da tributação do património possa ser feita e em especial as autarquias, possam dispor de mais receitas como é necessário para o desempenho das suas responsabilidades. E estou a citar o Senhor Primeiro Ministro - «um euro entregue às autarquias, é um euro que elas aplicam melhor do que ninguém e multiplicam melhor do que ninguém». E se é assim, acho que devia ser consequente com esta perspectiva e darem-nos mais euros em vez de nos retirarem os poucos que temos. Eu penso que as receitas das autarquias têm que ser aumentadas, não diminuídas. O Governo não pode continuar a atribuir-nos competências novas ao mesmo tempo que nos está a diminuir as receitas – é exactamente isso que está a acontecer. E depois os senhores deputados municipais protestam porque as contas da Câmara e em todo o país, friso bem, em todo o país, estão em dificuldades. Com câmaras que manifestamente já ultrapassaram os limites legais como se recordam, ainda recentemente o Ministério das Finanças em aplicação da Lei de Execução Orçamental que limitou o crédito autárquico, identificou 43 câmaras (de todos os partidos), mas com uma boa trintena de câmaras do PSD, que tinham ultrapassado os limites legais de endividamento. A Câmara de Aveiro não estava lá; tenho muito gosto em dizê-lo. Porque eu andei a dizer isto durante meses e a oposição andou sempre a contestar. A Câmara de Aveiro não estava lá e pelo contrário já recebemos do Ministério das Finanças o valor que ainda temos direito a contratar porque somos de facto uma Câmara que desse ponto de vista tem uma excelente situação.

Sobre a SIMRia, gostava de dizer o seguinte: acho que o que se passou foi de facto lamentável. A SIMRia não é uma associação de municípios, é uma empresa. É uma sociedade anónima com capital social que está distribuído não por acaso, mas porque há pesos diferentes dos diferentes municípios, consoante a sua dimensão, a contribuição que dão para o funcionamento do sistema, o que vão ter que pagar para o funcionamento do sistema. E na distribuição de capital, foi feita tendo em conta esse peso relativo de cada um. E depois, há considerações políticas naturalmente, e o que se passou ontem foi o seguinte: pela primeira vez na história da SIMRia, no Conselho de Administração só há representantes de um partido. Portanto, partidariizou-se de uma forma que eu diria excessiva e desnecessária, um órgão de gestão duma empresa em que na sua história sempre a diversidade política das Câmaras accionistas foi respeitada e representada em todos os órgãos sociais. Esse princípio foi posto em causa, e como lhes digo sem que nada o justificasse. Como bem percebem, o PSD podia ter quatro a um, três a dois, três PSD, um PP, um PS; sempre foi possível ao longo destes anos todos encontrar formas de fazer respeitar a maioria política existente nas diferentes Câmaras do país, com uma composição nos órgãos sociais que reflectisse essa diversidade. Pela primeira vez isso não aconteceu! E deixe-me dizer-lhe o seguinte: nós neste momento temos sete câmaras do PSD, três do PS e um do PP; o resultado em Conselho de Administração foi cinco a zero. É algo que não antecipa nada de bom. Julgo que esta empresa não deveria ser tão partidariizada assim e sobretudo como há pouco foi lembrado através de um expediente

que nós já tínhamos previsto que pudesse acontecer, mas nunca acreditámos que fosse tão longe. Porque realmente, votar contra uma lista, e portanto, obrigando a que saísse dessa lista uma pessoa para depois votar a favor da mesma pessoa é de facto um procedimento que (como diz o Dr. Filipe Brandão) julgo que consubstancia um abuso do direito que protege as minorias e tiraremos daí as ilações jurídicas — já tirámos as políticas que temos que retirar. É uma pena porque a empresa está a desenvolver um grande trabalho, está a desenvolver um trabalho que é importantíssimo para a despoluição da Ria de Aveiro e é muito mau se a política partidária prevalecer sobre relações entre os municípios que deveriam saber estar acima deste tipo de situações, que podem de facto perigar o equilíbrio funcional e também político entre todas as Câmaras. Depois, sobre o Tribunal Tributário. Evidentemente que eu também subscrevo e aumento se possível o protesto sobre a supressão do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Aveiro. Acho que é uma lógica, que é uma lógica puramente de poupança e uma lógica que penaliza todas as pessoas que têm que recorrer ao Tribunal Tributário. É dificilmente compreensível; não se percebe qual é o fundamento de uma medida deste tipo. E se for de média economia como a Deputada Virgínia Veiga lembrou e bem, é de facto uma deseconomia, tudo visto e ponderado. Porque os custos associados a esta transferência serão certamente maiores do que as poupanças administrativas que agora se fizerem.

Sobre a Feira de Março. Eu queria lembrar para aqueles que não têm presente, o projecto definitivo do Parque de Exposições prevê muito mais estacionamento. Não prevê Sr. Dr. Jorge Nascimento quatro ou cinco pisos de estacionamento, mas tem uma área de expansão possível para mais duas naves iguais às que lá estão com um parque de estacionamento por baixo e com outro parque de estacionamento ainda na parte da frente, onde ele até já se advinha, dado o desnível do terreno para além da plataforma do lado direito que ainda está por infraestruturar. Assim, no futuro o Parque de Exposições no que diz respeito a estacionamento tem condições para dar uma resposta muito melhor do que a que foi dada este ano. Foi o primeiro ano e foi um ano em que de facto a oferta de estacionamento era escassa. Mas gostava também e sobretudo de sublinhar isto: tivemos meio milhão de pessoas a visitar a Feira de Março e é esse enormíssimo sucesso que eu gostava que todos nos regozijássemos. Porque de facto, se dúvidas houvessem sobre o facto do parque estar longe do centro, o número de visitantes desmente todos esses temores e confirma que foi uma excelente opção.

O Festival das Dunas de S. Jacinto. Sr.ª Deputada Maria das Dores Topete, pintou de facto um quadro que é um quadro catastrófico. Vai haver algum barulho de facto — eles vão tocar alto. Mas esperemos que não haja acidentes, que não haja montanhas de lixo, que não haja muitos automóveis. E evidentemente que isto não é uma questão de esperança, é uma questão de organização. Eu torno a lembrar, porque já vi isso escrito e volta e meia torno a ver isso escrito, enfim há pessoas que gostam de lançar boatos — o Festival não é nas Dunas! Não é na Reserva Natural e não é nas Dunas. E depois deixem-me dizer também o seguinte: a organização obviamente está a progredir e estão a ser pensadas várias medidas, algumas que nos agradam bastante. O local exacto ainda não está definido justamente porque é preciso pensar qual é a melhor solução. Uma das hipóteses que está para ser e que eu penso que ajuda a tranquilizar muita gente, é de que por exemplo o estacionamento dos automóveis e a triagem das pessoas seja feita logo na torreira. E portanto os milhares de automóveis..., calma, não é para ir a pé, depois haverá transportes colectivos; e portanto os grandes estacionamentos ficarão nessa zona e haverá depois transportes públicos e colectivos para que não haja um grande afluxo de automóveis a S. Jacinto. Aí têm uma medida que eu penso que já tranquiliza muita gente. De resto nós continuamos com as mesmas informações favoráveis que tínhamos. Até

agora todas as entidades com quem temos conversado e que têm jurisdição sobre a área se têm pronunciado favoravelmente. Registo de facto apenas a preocupação de todos, que é nossa, nós não queremos que haja nenhum acidente, não queremos que haja lixo que não seja recolhido, não queremos que haja nenhum incêndio. Evidentemente que tudo isto irá ser acautelado e infelizmente não foi preciso haver lá nenhum festival para haver um incêndio na Reserva. Portanto vamos tomar todas as medidas para que nada destes temores venha a confirmar-se.

A atitude face ao Beira-mar, Senhor Deputado Diogo Machado, é a atitude que eu julgo é a de todos nós aqui nesta sala; que é o de torcer até ao fim da época para que o Beira-mar se mantenha na 1.ª Liga e que na próxima época possa fazer uma época com menos sobressaltos e menos intranquilidade do que a que fez este ano. Mas estou convencido que vamos chegar ao fim na primeira liga. A equipa está a bater-se bem, fez uma excelente exibição em frente ao Sporting e na próxima sexta-feira vamos ganhar ao Belenenses, era o que eu gostava de dizer, julgo que estamos todos de acordo nesta Assembleia sobre esta matéria.

Quanto à Policia Municipal. Ainda não há tempo suficiente como perceberão; a Policia está em funções com o número de efectivos há muito pouco tempo e não há números ainda que nos permitam fazer contas sobre qual é o custo em velocidade cruzeiro da Policia Municipal e que receitas é que obtêm. Essas taxas que estarão a ser cobradas pela Direcção Geral de Viação, certamente iremos ver o que é que se passa, é uma questão que não é específica de Aveiro – como disse a Dr.ª Virgínia Veiga - mas para já penso que todos reconhecerão que já se vê a Policia Municipal a actuar e a intervir. E deixem-me registar também porque devemos ser justos quando há medidas que beneficiam Aveiro. Há muitos anos que Aveiro estava à espera de ter reforços efectivos da PSP e desta vez de facto houve um reforço real do número de agentes da PSP que muito me apraz registar. Eles estão aí, andam na rua, estão activos, há uma brigada de intervenção rápida que foi accionada e que deixa todos mais tranquilos, em especial o Senhor Presidente da Junta da Freguesia da Vera Cruz, onde de facto tem havido alguns actos de vandalismo que preocupam toda a gente. É uma boa notícia que me apraz registar.

O apoio à ARCO, Senhor Deputado Armando Vieira. Nós temos o maior apreço e reconhecimento pelo trabalho que a ARCO tem vindo a fazer. E temos tanto, que até como sabe, decidimos que Oliveirinha seria um dos campos que irá ser relvado, iluminado (e está já em obra, a demorar mais tempo do que o que todos queríamos é certo pelas razões que conhece), mas Oliveirinha, a exemplo de Eixo e de S. Jacinto, é um dos três campos que está em vias de ser relvado e que vai premiar justamente o esforço e a capacidade de organização e de auto-financiamento que a ARCO tem tido e que é um exemplo de facto a seguir e a registar. Eu sempre disse que devíamos criar condições para que o desporto amador e o futebol amador – não o futebol profissional - tivesse em Aveiro uma rede de equipamentos de qualidade e isso aos poucos está a ser feito. Oliveirinha e a ARCO vão ter o próximo campo relvado, iluminado e com campo de treinos.

O Saneamento. O Saneamento infelizmente a situação é conhecida. O impasse na designação dos Presidentes da CCR ou pelo menos na designação do presidente da CCR do Centro persiste. E o Senhor Deputado Armando Vieira, acho de facto, e todos os Deputados de Aveiro e com influência no Governo, acho que devemos unir esforços para que todas as verbas do III Quadro Comunitário de Apoio sejam desbloqueadas, designadamente a candidatura para o saneamento de Oliveirinha – que são cerca de 700 mil contos (para falar em contos). E depois deixe-me concluir dizendo que eu gostava também muito de poder transferir mais receitas para as freguesias. Mas não podemos

transferir aquilo que não temos. E num ano em que, de facto, nós vamos ter este corte abrupto para as receitas correntes, as nossas transferências correntes, os nossos pagamentos correntes, os nossos apoios e subsídios correntes às freguesias, às colectividades, às associações, tudo isso está em causa este ano numa forma que é insofismável e não vejo como não estabelecer um nexo de causalidade directa entre esse corte de receitas correntes e a falta de pagamentos que este ano a Câmara vai ter que assumir e dizê-lo claramente às entidades prejudicadas.”

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Começando pelos palpites. Efectivamente o Senhor Presidente da Câmara aqui falou e aqui caracterizou a reforma do imposto da SISA como um palpite. Tão longe esta Assembleia não foi aquando da revisão do regulamento de taxas e licenças urbanísticas. Mas agora, já que inaugurou a era do palpite, posso dizer-lhe que esse não foi mais do que um palpite também da Câmara de Aveiro. E mais Senhor Presidente; deixe-me dizer-lhe isto aberta e frontalmente e com a lealdade inerente ao cargo que ocupo, para o qual fui eleito. Se há palpite que se revelou desastroso até agora para a Câmara de Aveiro e para o Município de Aveiro em termos de receitas correntes, esse foi o palpite. E digo-lhe mais Senhor Presidente: entendo que antes da Câmara de Aveiro apresentar qualquer tipo de comprovativo numérico, objectivo, que não dê azo a qualquer interpretação maldosa, em relação às receitas que vai perder da SISA, já nos deu por exemplo com a Conta de Gerência, uma análise objectiva de que no Orçamento para 2002 a Câmara de Aveiro previa já com os aumentos inerentes às taxas e licenças, previa na altura em SISA – oito milhões e quinhentos mil euros (palpite digo eu Senhor Presidente), porque recebeu cinco milhões e setecentos mil. Vai-se defender com o mercado, eu sei! Com a quebra do mercado, eu sei! O mercado tem costas largas. Pronto! E infelizmente assim é. Mais. Senhor Presidente, defenda-se também com o mercado ao explicar porque é que em “emolumentos, vistorias e taxas”, o Senhor Presidente e esta Câmara previa no Orçamento para 2002, recolher 1.500.000 euros, e acabou por recolher 330.000!? Foi o mercado. Mais. Senhor Presidente, em loteamentos e este é um sinal inequívoco do palpite errado – deixe-me dizer-lhe, em relação às taxas e licenças, em loteamentos, esta Câmara quando fez o Orçamento para 2002 previu 2.800.000 euros de encaixe de receita corrente e arrecadou 419.000 euros!? Isto é que são realidades, não são palpites. Está escrito. E está escrito pela Câmara, são números da Câmara.

Em relação ao palpite da SISA, Senhor Presidente; eu entendia que antes de corrermos o risco de alguém nos dizer isto que eu acabei de dizer, deveríamos politicamente prevenir, reivindicando de uma forma se calhar mais cautelosa, mais fundamentada, mais baseada e se calhar apostando na extinção do imposto da SISA, propondo – Senhor Presidente, medidas alternativas de financiamento às autarquias. Porque as há! Reivindique o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Fernando Ruas, o Daniel Campelo, seja quem for o mais pintado. Reivindique condições de crédito excepcionais para as câmaras. Reivindique. Eu sei o que estou a dizer! Mas reivindique para fazer face a despesas de investimento, por exemplo; condições de crédito mais favoráveis para as câmaras,

Senhor Presidente. Reivindique, que outro tipo de impostos que cá se cobram e se perdem no emaranhado do Poder Central, aqui fiquem. Como fez a Catalunha em Espanha há anos atrás – com sucesso, diga-se. E portanto, Senhor Presidente, em relação à SISA, eu também o considero um imposto estúpido; no CDS não é este o único imposto que nós consideramos estúpido. O Imposto Sucessório ainda é mais estúpido – se quiser; e vai acabar graças a Deus e a este Governo e, portanto, acho que em termos de fiscalidade o Governo está a dar uma lição para o cidadão comum, não para as autarquias. Está a dar uma lição de que se está a aproximar das necessidades do cidadão comum. Ponto um.

Depois Senhor Presidente, foi aqui dito também que «não se pode fazer um choque fiscal à custa de orçamentos alheios». Isto é algo que nós no CDS, nunca, mas nunca poderíamos ou seríamos capazes de dizer. E sabe porquê? Ou sabe porque é que alguém disse isto? Porque entendemos que as Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal, o Governo Civil, o Governo, a Assembleia da República, fazem parte de um todo nacional e porque sabemos que os orçamentos das autarquias têm o seu peso no défice de estado. Sabemos tudo isso, e porque queremos que os orçamentos das autarquias deixem de ser vistos como os orçamentos daqueles que gastam, sejam os autarcas também capazes. E eu sou autarca não com as mesmas responsabilidades, mas sejam os autarcas também capazes de mostrar que é nas autarquias que está a fina-flor da gestão dos dinheiros públicos deste país — e nada disto acontecerá! Deixem os autarcas, sejam eles quem forem – isto não é consigo, Senhor Presidente, directamente, até porque a cabeça desta reivindicação é o Presidente da Associação Nacional de Municípios, pessoa que eu também estimo e que admiro como autarca; mas deixem os autarcas de permanentemente queixarem da falta de apoio do Governo, seja deste, seja do anterior. Mostrem que são os melhores a gerir dinheiro, ensinem aquela gente lá de baixo, da macrocefalia ou da hidrocefalia lisboeta, que é nas autarquias que se gere bem o dinheiro público. E então aí, temos fundamento, temos peito, temos cabeça e temos voz, para pedir e para exigir aquilo que é justo. Isto em relação à SISA e aos outros impostos estúpidos.

Depois, Senhor Presidente e Caros Deputados, eu não quero falar desta ou daquela empresa (não o vou fazer), vou apenas dizer o seguinte: aqui há uns anos atrás (vinte, mais concretamente), havia alguém no meu Partido, que quando em Conselho de Ministros na altura, com alguém de outro partido, que não era o Arq^o Ribeiro Teles, dizia: — atenção, que efectivamente a percentagem de votos é muito diferente, mas a responsabilidade no Governo é igual. É um por um; é igual. E é nesse barco que estamos.

A primeira parte desta minha intervenção é exactamente nesse sentido. É mostrar a quem não quer ver, que nem em Aveiro nem em lado nenhum há iluminados. Nem em Aveiro, nem em lado nenhum desta Europa há gente que é mais inteligente que os outros. Não há iluminados! E nada se inventa. E já diz o povo e com razão: a última coisa que se deve fazer é “chichi contra o vento” ou “cuspir para o ar”. É a última coisa que se deve fazer. E portanto, em relação aqueles que hoje, sejam de que partido forem, pretendem justificar esta ou aquela atitude menos conseguida, porque também não há neste, nem nos outros Governos, ninguém que nunca falhe, e a sabedoria dos grandes governantes e a história assim o diz, é saberem assumir na altura certa os seus erros, para que os possam corrigir; portanto, em relação a esta ou aquela atitude menos conseguida, aquilo que nós no CDS normalmente fazemos, é atirar para cima da Mesa, com a humildade de quem sabe que errou. Nunca por nunca, agrediremos quem quer que seja, por causa destes ou de outros lugares, nesta ou noutra administração, com este ou com outro poder qualquer. Mas também não defenderemos, os erros deste ou doutro qualquer Governo,

com erros semelhantes e similares de Governos anteriores. Isso é que nunca seremos capazes de fazer, nesta Assembleia ou noutra qualquer. Porque na altura que formos obrigados a fazer isso, garanto-vos: Senhor Presidente, Caros Colegas (e perdoem-me o desabafo), que eu pelo menos não estarei nem nesta, nem em nenhuma outra Assembleia. Digam o que quiserem, pensem o que quiserem, não pensem..., digam que “ele está louco”, digam o que quiserem. Esta é a nossa posição de princípio e dela não nos afastaremos nem um milímetro. Pena é que em Aveiro, e por Aveiro, outros, que noutros tempos a esta posição estavam também agarrados como o mexilhão à rocha, hoje pretendam desculpar-se com erros dos anteriores.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos tidos por pertinentes.

▮

De seguida e dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 07 de Maio (4.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 01 de Maio de 2003.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)